



Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
Diretoria de Gestão da Educação em Saúde
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às nove horas e vinte e dois minutos de dezenove de abril de dois mil e treze, a Secretária
2 Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite –
3 CIES/CIB-TO – Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana conduziu a primeira
4 reunião ordinária, com os seguintes representantes: **Adeusvi M. dos Santos/Titular – CIR**
5 **Amor Perfeito; Adson C. Miranda/Titular CIR Cerrado Tocantins Araguaia; Andreis V. da**
6 **Costa/Titular – DGES; Carlos Alberto Zandoná/Suplente – CIB; Carmem Lúcia S. S.**
7 **Fonseca/Suplente – CECT; Ellys Symone G. de Arruda/ DGGAE; Fabrício A. Segura/Suplente -**
8 **CIR Médio Norte Araguaia; Fernanda C. B. M. C. Queiroz/Suplente – CIR Capim Dourado;**
9 **Getúlio de S. Araújo/Titular – SINTRAS; Inez dos S. Gonçalves/Suplente – DGETSUS; Irani**
10 **Schellin Milech/Titular – CIR Cantão; Karina M. L. de Assis/Suplente – DGES; Kelly Cristina G.**
11 **Alves/Suplente - IE Pública Superior; Larlla VeruskaTozzatti/Suplente – CIR Cantão; Linvalda**
12 **R. H. de Araújo/Titular – DGETSUS; Lucione de O. Negre/Suplente – CIR Amor Perfeito;**
13 **Maria Alice de Araújo/Suplente – CES; Maria Goreti L. S. dos Santos/Suplente – CIR Cerrado**
14 **Tocantins Araguaia; Maria Lúcia de O. Sousa/Suplente - SINTRAS; Maria Luiza S.**
15 **Freire/Titular – DGGAE; Neirton José de Almeida/Titular – CES; Rafael Fernando**
16 **Argeo/Titular – CIR Ilha do Bananal; Rosemeire V. P. Aquino/Titular – CIR Bico do Papagaio;**
17 **Sandra Mara da Silva/Titular - CECT; Shirley Stofer/Suplente - IE Pública Técnica; Sirlene P.**
18 **dos Santos/Titular – CIR Sudeste; Valéria V. A. de Barros/Titular - DGVPS.** Senhora Márcia
19 Valéria – SE iniciou a reunião solicitando que cada um dos presentes se apresentasse dizendo
20 o nome e a instituição ou região que representa. Destacou os componentes da CIES, sendo:
21 da gestão, da Secretaria de Estado; das Instituições de Ensino, tanto públicos como privados,
22 de nível superior e técnico que têm cursos na área de saúde; controle social, em todas as suas
23 instâncias, tanto conselhos como do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e da Secretaria de
24 Ciência e Tecnologia através do Conselho de Ciência e Tecnologia; e as regiões de saúde.
25 Destaca ainda os representantes de cada região de saúde por nome de cada um presente.



Colocou que a Comissão de Integração Ensino-Serviço tem uma Secretaria Executiva, na pessoa dela, Senhora Márcia Valéria. Apresentou a Senhora Marluce Pilger, dizendo que é quem tem feito os contatos com os representantes e a Senhora Verônica que tem auxiliado nas questões de encaminhamentos administrativos, salientando que tanto as regiões de saúde como as instituições, sempre que preciso, podem se reportar a estas pessoas. Passou à leitura dos itens **1. Leitura da pauta para pactuação e aprovação. 2. Momento Formativo – Solicitante/Expositora: Márcia Valéria – Secretária Executiva da CIES/CIB-TO; 2.1. A História do Caminhar da ETSUS; 2.2. Política Nacional de Educação. 3. Observações de alterações e aprovação da ata da reunião extraordinária de 12 de dezembro de 2012. 4. Apresentações para consenso: 4.1. Proposta do Calendário Anual das Reuniões da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do estado do Tocantins – CIES/CIB-TO para o ano de 2013. Solicitante/Expositora: Márcia Valéria – Secretária Executiva da CIES/CIB-TO; 4.2. Proposição de Alteração do Regimento Interno. Solicitante/Expositora: Márcia Valéria – Secretária Executiva da CIES/CIB-TO; 4.3. Repactuação do Recurso referente ao Curso de Planejamento em Saúde Bucal – PEP 2011 – Solicitante: Maria Nadir da Conceição Santos – SESA/DAP – Expositora: Mirelly Baldon; 4.4. Apresentação de Proposta para Curso de Reações Adversas aos Medicamentos (RAM's) aplicados em Urgência e Emergência. Solicitante: Márcia Cristina Godoy Siqueira – DGETSUS/DEP – Expositora: Ana Edith Farias Lima – Professora/Coordenadora do Curso de Enfermagem da UFT; 4.5. Adesão da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNASUS. Solicitante/Expositor: Itamar Magalhães Gonçalves – Coordenador do Núcleo de Telessaúde do Tocantins; 4.6. Projeto do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde/Redes de Atenção à Saúde (PET-Saúde/Redes) da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Solicitante: Itamar Magalhães Gonçalves – Coordenador do Núcleo de Telessaúde do Tocantins – Expositora: Michelle de Jesus Pantoja Filgueira – Professora do Curso de Medicina da UFT; 4.7. Realocação de Recursos do PROFAPS. Origem: PROFAPS e PEPs. Destino: Planilha a ser apresentada. Solicitante: Márcia Cristina Godoy Siqueira - DGETSUS/DEP – Expositora: Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana – DGETSUS/DGES; 5. Apresentações e Esclarecimento: 5.1. Apresentação do Sistema Integrado Saúde-Escola – SISE. Solicitante/Expositora: Juliana Bruno – SEMUS/Palmas; 5.2. Capacitação de Conselheiros**



Municipais de Saúde – Solicitante: Luciana R. de Oliveira Alencar – Secretária Executiva do CES – Expositor: Neirton José de Almeida – Presidente do CES-TO; 5.3. Critérios de níveis de formação para preenchimento de vaga/município em concursos públicos de saúde do Estado do Tocantins. Solicitante: Comissão de Integração Ensino-Serviço/Expositor: Ludimila Alves Monturil Barros – SESA/DGGRT; 6. Informes 6.1. Curso de Qualificação em Pesquisa Estratégica – Solicitante/Expositor: Karina Maschietto – DGETSUS/ASSECTI. Senhor Itamar – Coordenador do Núcleo de Telessaúde do Tocantins solicitou a antecipação da apresentação dos itens 4.5 e 4.6 devido estar em evento de Ensino-Serviço que estava ocorrendo na Universidade desde o dia anterior e também por motivos particulares de saúde em que teria que viajar. Senhora Márcia Cristina – DGETSUS/DEP solicitou inclusão de informe item **6.2. Divulgação de cursos – Solicitante/Expositora: Márcia Cristina Godoy Siqueira – DGETSUS/DEP.** Consensuado a proposta de alteração de apresentação de pauta e inclusão de informe. **2. Momento Formativo.** Senhora Márcia Valéria - SE explicou que o momento formativo é uma rotina dentro das reuniões da Comissão e em função de muitas pessoas serem novatas na Comissão é importante que se fale um pouco sobre a Educação Permanente, sobre a comissão, do que se trata, para se situar nesse contexto. Iniciou dizendo que a Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes – ETSUS está dentro da Secretaria de Estado da Saúde e que a ETSUS possui duas diretorias, sendo uma delas a Diretoria de Gestão da Educação em Saúde onde a Secretaria Executiva da CIES se encontra e apresentou a missão da ETSUS: *Promover a gestão dos processos educacionais e de pesquisa voltados para o desenvolvimento dos trabalhadores no âmbito da saúde do Tocantins.* Senhora Márcia Valéria – SE fez uma retrospectiva em relação às políticas públicas e o objetivo destas e que elas são criadas visando atender as necessidades da sociedade, podendo ser Políticas Sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência); Macroeconômicas (fiscais, monetárias, cambial e industrial); e outras (científicas e tecnológicas, cultural, agrícola e agrária). Colocou que o Sistema Único de Saúde – SUS é uma Política de Estado inscrita na Constituição Federal de 1988 e distingue seu conceito do de Política de Governo. Explicou que a Educação Permanente - EP começou a ser pensada em 1940, anterior ao SUS. Apresentou o conceito de Ceccim e Ferla em relação à EP: “a EP deve ser entendida tanto como uma prática de ensino-aprendizagem quanto como uma política de



educação na saúde. Ela configura-se como as duas coisas, simultaneamente.” Falou sobre a construção da noção de Educação Permanente que tem como prática de ensino-aprendizagem, a aprendizagem significativa e que se apóia no “ensino problematizador” capaz de gerar as mudanças. Colocou que como política de educação na saúde, a EP caracteriza-se como uma estratégia, visando a articulação entre ensino, trabalho e cidadania; a vinculação entre formação, gestão setorial, atenção à saúde e participação social; a construção da rede do SUS como espaço de educação profissional; o reconhecimento de bases locais regionais como unidades político-territoriais, nas quais estruturas de ensino e de serviços devem se encontrar em cooperação para a formulação de estratégias para o ensino. Apresentou o conceito de Educação Permanente ou Continuada do Ministério da Saúde e a missão da ETSUS onde colocou que a Escola entende a gestão dos processos educacionais e de pesquisa para os trabalhadores do SUS como forma de planejar, executar, ofertar, regular, acompanhar e monitorar e avaliar, com foco em resultados, gestão em decorrência de problemas que a sociedade tem e para os quais demanda soluções, buscando menos doenças e mais qualidade de vida. Senhora Márcia Valéria – SE deu seguimento com a apresentação da Portaria GM/MS/Nº 1996/2007 que dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS, suas bases legais, o conceito de EP dentro da portaria, e abordou os principais artigos, entre eles o que são os Colegiados de Gestão Regional, atuais Comissões Intergestores Regionais - CIR, o que são as Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço – CIES, as atribuições destas Comissões, bem como da Comissão Intergestores Bipartite – CIB. Senhora Linvalda Rodrigues – SESA/DGETSUS colocou que é importante que os representantes das CIRs mantenham a fala também com os representantes das CIB, porque o que normalmente se vem trabalhando com a CIB é que o que é consensuado aqui vai ser pactuado lá, porque a gente não faz dissenso na CIB, pois já foi tudo conversado na reunião da CIES, mas normalmente os mesmos representantes da CIES não são os mesmos da CIB, mas têm representantes aqui, tanto a gestão como os municípios. Por isso é enviado pauta com antecedência, conforme Regimento Interno, para que se discuta e converse com esses representantes e nos colegiados para que na CIB não só apresente, mas apresente e informe, pois o grande debate é na CIES. Senhora Márcia Valéria – SE deu continuidade ressaltando as atribuições do Conselho Estadual de



116 Saúde – CES, a formação dos trabalhadores de nível médio do âmbito do SUS que deve seguir
117 as orientações constantes desta portaria e sobre a transparência do recurso utilizado.
118 Senhora Linvalda – SESA/DGETSUS enfatizou que *“Como é um recurso público, recurso*
119 *federal, nós temos como responsabilidade e obrigatoriedade seguir todos os fluxos da*
120 *legislação atual e vigente, mesmo que ela seja demorada, mesmo que ela não seja várias*
121 *coisas, a Lei N° 8666. Temos que seguir todos os fluxos, processo seletivo de docente quando*
122 *estamos executando os cursos, nós não podemos pagar hora-aula para servidor por mais de*
123 *120 (cento e vinte) horas por semestre. A gente só tem quatro modalidades de financiamento:*
124 *em executar esse recurso aqui; a gente ir executando junto com as áreas e aí tem que fazer*
125 *processo seletivo de todos os profissionais; contratar instituições ou convênio, mas o convênio*
126 *a gente tem identificado que é muito mais moroso. A gente está fazendo contrato, mas tudo*
127 *de acordo com a legislação, isso quando a natureza jurídica dessas instituições como UFT,*
128 *UNITINS, que são natureza jurídica de caráter público, sem fins lucrativos, aí ela poderá ter um*
129 *pré-requisito, de acordo com a Lei N° 8666, que é o critério de dispensa de licitação ou*
130 *inexigibilidade por notório saber. Se for uma empresa de caráter privado, que nós também*
131 *podemos fazer, aí ela tem que passar por um processo licitatório e competir com qualquer*
132 *outra instituição dentro do Brasil. Então, a gente tem que passar por todos esses processos*
133 *burocráticos, nós não podemos furtar ou deixar de executar nenhum deles. É importante que*
134 *todos saibam isso porque podem dizer: o curso foi planejado em 2010, porque até hoje não foi*
135 *executado?. Tem várias coisas e uma delas que hoje mais tem acontecido é a demora do fluxo*
136 *que temos que cumprir com todos esses critérios da legislação vigente.”* Senhora Márcia
137 Valéria – SE falou que o financiamento desse componente da educação se dá por meio do
138 Bloco de Gestão, que a portaria ainda em vigência é a portaria 204 de 2007, mas que está
139 sendo revisada e que os critérios para alocação dos recursos financeiros federais encontram-
140 se no anexo I desta portaria. Disse que para alocar o recurso do Estado é feito um estudo, há
141 indicadores para dizer se determinado Estado irá receber mais ou menos recurso. Senhora
142 Linvalda – SESA/DGETSUS colocou que *“Todos os planos ou propostas de projetos para*
143 *qualificação, esse recurso só poderá ser utilizado para trabalhadores. Esse recurso não pode*
144 *ser usado para comunidade, não pode ser usado para outras partes que estejam envolvidas*
145 *dentro do sistema, para isso existem outras políticas, a exemplo delas, a Maria Luiza está*



aqui, a gestão participativa, que é o bloco para trabalhar questões dos conselhos, questões de usuários. Mas este recurso da Política de Educação Permanente é exclusivo para trabalhadores do Sistema Único, nós não podemos utilizar esse recurso para outros fins a não ser para trabalhadores e aí, esses trabalhadores não são apenas do Estado e dos Municípios, quando nós estamos falando de trabalhadores são estaduais, municipais e federais.” A Senhora Linvalda exemplificou a situação da rede laboratorial “que em alguns lugares do Estado está terceirizada e que não se pode pegar esse recurso e qualificar essas pessoas mesmo trabalhando dentro de instituições estaduais, porque pela Política eles não são considerados trabalhadores do SUS, eles são considerados prestadores e entende-se que como prestador ele já deve vir atualizado preparado para aquela função”. Senhora Márcia Valéria – SE pontuou que no ano de 2012 não houve portaria de repasse financeiro e que devido a isso os Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde - PAREPS construídos no ano passado estão suspensos aguardando uma nova portaria e apresentou as responsabilidades do Ministério de Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Em seguida Senhora Márcia Valéria – SE passou à apresentação do Caminhar da Educação Permanente no Tocantins, resgatou a trajetória da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes, a missão, a visão de futuro e os valores da Escola, bem como o objetivo, o indicador até 2015 e o orçamento para o ano de 2013. Finalizou o momento formativo com a apresentação do novo organograma da ETSUS. **Item 3. Observações de alterações e aprovação da ata da reunião extraordinária de 12 de dezembro de 2012.** Ata aprovada sem sugestão de alteração. Conforme consenso de alteração na ordem da pauta, passou-se ao **Item 4. Apresentações para consenso: 4.5. Adesão da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNASUS. Solicitante/Expositor: Itamar Magalhães Gonçalves – Coordenador do Núcleo de Telessaúde do Tocantins.** Senhor Itamar colocou: “É necessário considerar que o profissional que se quer que fique aqui no Tocantins é o profissional que se forma aqui, por isso é necessário formar o profissional com as necessidades locais do Estado e que permaneça aqui. O objetivo é incluir quem mora aqui no estado, transformar o estado e formar o profissional com a cara do estado.” Disse que existem três grandes vertentes de fixação de profissionais e que um dos mecanismos principais são as residências, sejam elas médicas ou multiprofissionais e que outras duas políticas fixadoras são o Telessaúde e a UNASUS. Colocou



que devido já trabalharem com o Telessaúde, participaram das políticas fixadoras integrando os programas de residência médica, Escola Tocantinense do SUS, Fundação de Medicina Tropical nas ações mediadas por tecnologias de formação da educação. Informou que o Tocantins é o primeiro estado da federação a incluir acadêmicos dos cursos de saúde na plataforma do Telessaúde. Disse que se fala muito em Educação Permanente, mas não se pode esquecer o ensino formal e nem esquecer a educação na comunidade, colocou que se partiu de uma fase onde os cursos eram fragmentados para cursos com currículos mais inovadores e que o currículo da Universidade Federal do Tocantins é muito mais flexibilizado se comparado com instituições mais tradicionais e que o aluno formado hoje é um aluno mais consciente. Senhor Itamar colocou que se tem flexibilizado a graduação, mas em termos de ensino ainda não nota-se muita flexibilização e exemplifica que os técnicos em enfermagem e os enfermeiros são formados em lugares diferentes. Daí a necessidade de flexibilizar também a maneira de ensinar e que o Telessaúde é uma ferramenta que permite integrar esses processos educativos. Explicou que o Telessaúde fornece aquilo que a pessoa precisa na hora que ela quer, ele trabalha teleconsultoria de maneira multiprofissional, ao contrário da plataforma nacional. Continuou dizendo que se está trabalhando as ferramentas do Telessaúde para serem mudadas e as da UFT também e que no UNASUS talvez seja oferecido o que não se quer na hora que não precisa e isso é uma das receitas para qualquer programa de educação falhar, mas que o trabalho articulado em redes de atenção está conseguindo acertar mais. Disse que o UNASUS é em grande escala e que soluções de inteligência para trabalhar em larga escala precisam ser muito mais refinadas. Senhor Itamar disse que na Região Norte não tem ninguém que trabalha com o UNASUS e que o Tocantins é o único lugar onde integra todas as políticas num lugar só. Propôs aos presentes que se abrace esse projeto e que o mesmo precisa partir da Universidade e acrescentou que fez uma visita com o representante da ETSUS - Nilton, a UFT, pessoas do Estado do Tocantins e do município ao Estado do Maranhão para conhecer a UNASUS e informou que alguns detalhes, quanto à forma dos recursos, se não tiver vinculado a uma Universidade tem que ter uma contrapartida de trinta por cento e que anualmente o UNASUS funciona com cifras de quatro mil reais por aluno. Citou os dois eixos e os objetivos, sendo os eixos: Estratégia da Saúde da Família e Atenção à Saúde Materno-Infantil. Disse que há uma Nota Técnica dizendo



sumariamente o que se precisa e que acredita que isso é feito por trás do Edital do contrato “guarda-chuva” que é um termo de cooperação entre várias universidades em que o Estado através da UFT entraria desse contrato dependendo dos cursos e que irão estruturar todo o sistema de tecnologia da informação desde matrícula, TCC, orientação de trabalhos e que não é fácil fazer isso rapidamente, mas que estão trabalhando o Telessaúde para ter o refinando de UNASUS. Segundo Senhor Itamar, alguns cursos já tem pré-formatação e que tem se tentado trabalhar com plataformas mais atraentes, aproveitando os pólos EAD do Estado, tentando envolver as Comissões Intergestores Regionais - CIRs e ter um pólo dentro de cada uma delas. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS lembrou que o Senhor Nilton não está lotado na ETSUS há mais de três meses e solicitou que quando tiver essa demanda comunicar à ETSUS para ver quem vai estar à frente. Senhora Kelly Cristina – IE Superior Públicas colocou que o UNASUS é enorme, um desafio, mas que precisa ser encaminhado para efetivar e questiona o que se precisaria de recursos humano e material e se qual a previsão para início. Senhor Itamar, disse que a opinião pessoal da Universidade é que se sabe que quando a UNASUS é liberada é no “susto”, mas o contrato “guarda-chuva”, ele vem e que por causa disso estão trabalhando o Telessaúde para fazer um refinamento dele em larga escala para quando chegar a UNASUS não ter nenhuma surpresa e que hoje a parte de Tecnologia da Informação - TI está sendo estruturada que é a parte mais difícil. Disse acreditar que o que se precisa é pactuar e esperar que as esferas superiores acertem essa proposta e que quando o UNASUS chegar tem que se angariar esforços para ver os responsáveis por cada coisa. Informou que os cursos são de dois anos podendo ocorrer em momentos diferentes com diferentes quantidades de alunos e que tem vaga demais e o Estado não tem uma população tão grande, que alguns cursos estão formatados e outros podem demorar mais um pouco em termo de criação de conteúdos. Senhora Kelly Cristina – IE Superior Pública perguntou se haverá recurso para criação de estrutura física e Senhor Itamar disse que virá recurso para mandar equipamentos para os pólos e as CIRs vão definir os municípios podendo ser fixo ou não. Senhora Adeusvi – CIR Amor Perfeito falou sobre a importância do UNASUS na estratégia da Saúde da Família e sobre a adesão dos municípios ao Programa. Senhor Itamar esclareceu que a adesão é cem por cento para quem quiser e que há setenta pontos do Telessaúde no Estado e que o mesmo já tem o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES,



enfatizou que o cadastro dos municípios ao Telessaúde tem sido voluntário que basta entrar em contato pessoalmente ou por estabelecimento e que o conteúdo é cada um que escolhe. Lembrou ainda que há um recurso da Diretoria de Atenção Primária – DAP que foi destinado à informatização das unidades de saúde e que comprar um computador não é fazer Telessaúde. Senhor Itamar disse também que a conectividade é a única contrapartida do município. Senhor Neirton – CES questionou se o recurso federal é para o Estado ou para UFT e disse da preocupação na utilização do recurso e Senhor Itamar disse que o recurso vem através da UFT e é utilizado para atender o Estado, disse ainda que o recurso que veio fundo a fundo para o Kit de informatização das unidades de saúde veio com o nome Telessaúde para que não fosse utilizado para outros fins. Senhor Lucione – CIR Amor Perfeito perguntou em relação ao envio dos nomes para cadastro, se o município de Monte do Carmo já havia feito o envio e foi respondido pelo Senhor Itamar que é possível que ele confira entrando em contato por telefone ou via e-mail e Senhor Lucione explicou que muitos servidores já mudaram. Senhor Itamar disse que eles ainda estão ativos e que a adesão individual facilita, pois a adesão de um grupo gera uma única senha e login para todos. Senhor Neirton comentou que ainda tinha dúvida em relação ao recurso financeiro e Senhor Itamar falou que o momento era de adesão, de pleitear o programa junto ao governo federal. Senhor Márcia Valéria – DGETSUS/DGES esclareceu ao representante do COSEMS que a ETSUS havia agendado uma visita com o pró-reitor, pois havia a necessidade de realizar uma Especialização em Saúde da Família e que o UNASUS já oferta esta especialização com recurso do Ministério da Saúde. Disse que no Maranhão havia esse curso pela UNASUS, porém, não tinha mais recurso para alunos do Tocantins e que por isso é importante que a UFT se cadastre, pois se precisa de cursos com qualidade e em massa. Encaminhou-se a possibilidade de se colocar em pauta na próxima reunião um momento formativo sobre o Telessaúde. Proposta Consensuada. Passou-se ao item **4.6. Projeto do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde/Redes de Atenção à Saúde (PET-Saúde/Redes) da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Solicitante: Itamar Magalhães Gonçalves – Coordenador do Núcleo de Telessaúde do Tocantins – Expositora: Michelle de Jesus Pantoja Filgueira – Professora do Curso de Medicina da UFT.** Senhora Michelle apresentou o Programa construído a partir do Edital Nº 14/2013 - Seleção para o programa de Educação pelo Trabalho para a saúde/Rede de Atenção



á Saúde - PET-Saúde/ Redes de Atenção à Saúde – 2013/2015 e disse que o grande diferencial foi a articulação entre vários atores envolvidos. Colocou que os parceiros são a UFT como Instituição de Educação Superior, a Secretaria Estadual de Saúde e os municípios de Miracema e Palmas da Comissão Intergestores Regional Capim Dourado e que a escolha desses municípios deve por terem pólos da UFT com cursos na área de saúde. Disse que os cursos envolvidos são os de medicina, enfermagem, nutrição e serviço social da UFT e os cursos de psicologia e fisioterapia da Universidade Luterana do Brasil/Palmas – ULBRA/Palmas

Senhora Michelle explicou que serão nove grupos compostos por um tutor da UFT, seis preceptores e doze estudantes bolsistas pagos pelo Ministério da Saúde e que a experiência tem mostrado que de nove, geralmente dois ou três projetos são aprovados. Apresentou as redes temáticas prioritárias envolvidas no projeto, sendo: Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, priorizando o enfrentamento do câncer de colo de útero e de mama; Rede Cegonha; Rede de Atenção às Urgências e Emergências/SOS Emergência; Rede de Atenção Psicossocial: priorizando o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas; Atenção à Saúde Indígena; e Telessaúde Tocantins Redes.

Senhora Michelle deu continuidade apresentando os cenários de campo, o objetivo geral que é contribuir para a formação e articulação das Redes de Atenção à Saúde no Estado do Tocantins, como o modelo de atenção predominante no Estado, através da integração entre os cursos de medicina, enfermagem, nutrição e serviço social, comunidade e os serviços da Rede de Atenção da CIR – Capim Dourado, durante a produção de conhecimentos e as práticas de iniciação ao trabalho, e os objetivos específicos: Desenvolver estratégias que permitam na prática à integralidade da Rede de Atenção a Saúde; Oportunizar aos tutores acadêmicos do PET, docentes da UFT, maior conhecimento e experiência na área das Redes de Atenção à Saúde, de acordo com as necessidades do SUS e com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares dos Cursos envolvidos; Propiciar a valorização e a motivação para o trabalho para estudantes, residentes, docentes e para os trabalhadores da saúde; Promover a inovação na gestão pública, decorrentes de ações criativas e criadoras de coletivos guiados pela defesa e consolidação do bem-comum; Buscar inovações em concepções e na experimentação que permitam avançar na organização e funcionamento dos serviços de saúde existentes; Criar uma sistemática de acompanhamento e avaliação do processo e dos



resultados da ação intersetorial; Integrar o conjunto de ações de diferentes áreas e setores permitindo a construção de ação compartilhada e corresponsável, evitando sobreposição de ações e concorrência por recursos. Senhora Márcia Valéria – DGETSUS/DGES disse que a apresentação desse projeto é um avanço, pois antes só havia a apresentação de resultados e que então foi pactuado a necessidade de se apresentar o projeto antes. Senhora Michelle disse da importância de se discutir casos, ver a necessidade do serviço, de como formar esse aluno diante da nova política e de que isso ocorra antes da formação, por isso a proposta pedagógica de colocá-lo no serviço. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE perguntou o tempo do programa e os critérios de seleção dos estudantes. Senhora Michelle falou que o programa tem dois anos de duração e que os alunos são selecionados na universidade e que também tem vaga para voluntários, tanto para preceptores quanto para alunos para que, assim, se possam atender os residentes que já são bolsistas. Colocou que durante os dois anos ocorrerão seminários, rodas de conversa, conforme cada projeto específico. Senhor Neirton – COSEMS parabenizou, mas disse que sentiu falta do curso de educação física no programa e perguntou sobre o fato de se estar consensuando o programa na CIES e o fato de não ter passado no controle social, nos conselhos e CIRs. Senhora Michelle explicou que devido aos prazos serem muito curtos não houve tempo hábil para encaminhar às CIRs e demais instâncias, mas que se incluirá à medida que abrirem as pautas para inclusão e que quanto ao curso de educação física não foi incluído por não ser um curso ofertado pela UFT, mas que não impede que em outro momento esses cursos entrem no programa. Senhora Marta – Professora UFT esclareceu que os editais que são financiados pelo Ministério da Saúde tem que ter três instâncias, por isso é que se considera o Controle Social e que nos últimos dois anos a Comissão Intergestores Tripartite tem colocado esses critérios. Senhora Michelle disse que a intenção é que quando abrir o próximo edital, o grupo condutor apresente-o para que se proponha quem quer ser parceiro no projeto. Senhora Márcia Valéria – DGETSUS/DGES perguntou se o grupo condutor é formado pela universidade e Senhora Michelle disse que além da Universidade, também compõe o grupo representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, do PET Saúde e Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRÓ - SAÚDE. Senhora Márcia Valéria propôs que se coloque alguém da CIES no grupo condutor. Proposta Consensuada. Passou-se ao item **4.1.**



Proposta do Calendário Anual das Reuniões da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do estado do Tocantins – CIES/CIB-TO para o ano de 2013. Solicitante/Expositora: Márcia Valéria – Secretária Executiva da CIES/CIB-TO.

Senhora Marluce fez a apresentação da proposta de calendário a pedido da Senhora Márcia Valéria. Foi apresentada a proposta com seis reuniões anuais, sendo uma extraordinária para alteração do Regimento Interno, sendo a maioria em datas seguintes às reuniões da CIB no intuito de que os secretários que compõem as duas comissões não necessitem vir duas vezes à capital. Senhor Getúlio – SINTRAS colocou a indisponibilidade de vir às reuniões nas segundas e sextas-feiras. Sugestou-se que as reuniões poderiam ocorrer antes da CIB respeitando as prévias da mesma. A proposta foi consensuada. Passou-se ao item **4.2. Proposição de Alteração do Regimento Interno. Solicitante/Expositora: Márcia Valéria – Secretária Executiva da CIES/CIB-TO.** Senhora Márcia Valéria explicou que para se haja alteração do Regimento Interno é necessário, conforme o mesmo, a proposta expressa por no mínimo 1/3 (um terço) dos representantes da CIES Estadual/CIB-TO e que devido a Resolução CIB Nº. 161/2012 - Dispõe sobre a Conformação das Novas Regiões do Estado do Tocantins e as ações e serviços mínimos a serem ofertados nesses territórios; a demanda de membros da Comissão referente ao prazo de envio de ata e sugestões de alterações; e a necessidade de detalhamento maior no que se refere à representação das Instituições de Ensino dentro da composição da Comissão, justifica-se a proposição de alteração. Senhora Márcia Valéria apresentou a proposta de trabalho para revisão do Regimento Interno, sendo: Criação de Grupo de Trabalho - GT com 05 (cinco) membros da Comissão mais Secretaria Executiva para revisão do Regimento Interno; data limite para envio das sugestões de alterações – 03/05/2013; Reunião do GT dia 08/05/2013, às 14h, na ETSUS e apresentação do consolidado em Reunião Extraordinária para consenso. A comissão elegeu para formação do Grupo de Trabalho a Senhora Kelly Cristina – IE Pública Superior, Senhora Valéria Aquino – SESA/DGPVS, Senhor Getúlio – SINTRAS e Senhor Lucione – CIR Amor Perfeito. Proposta consensuada. Passou-se ao item **4.3. Repactuação do Recurso referente ao Curso de Planejamento em Saúde Bucal – PEP 2011 – Solicitante: Maria Nadir da Conceição Santos – SESA/DAP – Expositora: Mirelly Baldon.** Senhora Mirelly apresentou a planilha do Curso de Planejamento de Saúde Bucal em que altera o número de alunos de duzentos e dez para



cento e cinquenta, a carga horária passa de vinte para quarenta horas e o recurso diminui em três mil e novecentos reais que serão utilizados para o Plano de Redução da Mortalidade Infantil. Proposta consensuada. Passou-se ao item **4.4. Apresentação de Proposta para Curso de Reações Adversas aos Medicamentos (RAM's) aplicados em Urgência e Emergência. Solicitante: Márcia Cristina Godoy Siqueira – DGETSUS/DEP – Expositora: Ana Edith Farias Lima – Professora/Coordenadora do Curso de Enfermagem da UFT.** Senhora Ana Edith colocou que o projeto foi construído a partir da necessidade do serviço, da dificuldade encontrada no trabalho da equipe de enfermagem em lidar com as reações adversas ocasionadas por medicamentos utilizados na Urgência e Emergência. Colocou que o objetivo geral é capacitar os profissionais de enfermagem quanto ao manuseio dos principais medicamentos usados em situações de urgências e emergências e que os objetivos específicos são levantar dificuldades e facilidades no manuseio dos medicamentos administrados pela equipe de enfermagem; propor discussões sobre estudos de casos da realidade cotidiana das urgências e emergências; e subsidiar aos profissionais de enfermagem informações de urgências e emergências enfocando visão crítica quanto aos riscos inerentes à administração de medicamentos suas possíveis implicações na saúde dos pacientes. Senhora Ana Edith colocou que há uma subnotificação das ocorrências de reações adversas e que o projeto justifica-se devido o crescente número de casos de erros de medicações no âmbito da saúde, envolvendo os profissionais que atuam em urgências e emergências e demais setores, levando a diversos prejuízos para o paciente com consequente comprometimento em sua qualidade de vida. Disse que o público alvo do projeto são enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e que o requisito para participação é estar no serviço de urgência e emergência e possuir vínculo efetivo. Continuou dizendo que a modalidade é presencial com previsão de início em junho do corrente ano, sendo o primeiro encontro para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem no total de sessenta horas e o segundo encontro apenas para enfermeiros, sendo de vinte horas. Senhora Ana Edith apresentou a planilha financeira totalizando R\$ 207.250,70 (duzentos e sete mil, duzentos e cinquenta reais e setenta centavos). Senhora Márcia Valéria – DGETSUS/DGES questionou o que seria Serviço de Avaliação e Parecer Técnico constante na planilha financeira, Senhora Ana Edith explicou que são as pessoas que estarão contribuindo e informou também a certificação será através de



parceria com a Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE disse que na leitura que tinha feito, havia entendido que o curso seria para profissionais do Hospital Geral de Palmas – HGP e Senhora Ana Edith explicou que não e que há previsão para pagamento de diárias para docentes irem realizar o curso em cidades do interior. Senhora Márcia Valéria – SE perguntou se a proposta educativa, sem discutir o valor de custo, atendia as necessidades, se seria adequado e importante para as demandas existentes. Proposta consensuada. Passou-se ao **item 4.7. Realocação de Recursos do PROFAPS. Origem: PROFAPS e PEPs. Destino: Planilha a ser apresentada. Solicitante: Márcia Cristina Godoy Siqueira - DGETSUS/DEP – Expositora: Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana – DGETSUS/DGES.** Senhora Márcia Valéria resgatou que na última reunião da CIES/CIB-TO ocorrida em dezembro do ano passado onde foi apresentado a possibilidade de flexibilizar o recurso da Política. Disse que o recurso da política é para financiar custeio de processos educacionais e que na ocasião ela, Márcia Valéria havia ido representando a CIES/CIB-TO, Senhora Linvalda Rodrigues representando a ETSUS e a Senhora Ellys Symone num seminário anterior ainda à reunião onde foi falado da possibilidade de flexibilizar a utilização daquele recurso podendo gastá-lo com reforma de ETSUS e de Unidades de Saúde que realizam atividades educativas e que então foi consensuado que do recurso do Curso de Agente Comunitário de Saúde iria destinar R\$ 500.493,00 (Quinhentos mil quatrocentos e noventa e três reais para a reforma da ETSUS porque precisava ter um lugar para os alunos ficarem no momento de intervalo dos cursos e um refeitório que pudesse atendê-los. Senhora Márcia Valéria continuou explicando que iria aguardar a portaria do Ministério da Saúde para levar o consenso para a CIB, mas que a portaria não saiu e que esse ano em reunião da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS em que foi falado que não haverá essa flexibilização e que então o consenso de dezembro não tem validade para isso e passou a apresentar a distribuição do recurso que seria para a reforma do prédio para processos educativos. Senhora Márcia Valéria colocou que, enquanto Câmara Técnica da Escola, pensou-se que diante do montante de projeto que se recebe, e outros projetos chegam a cada dia, é necessário e importante ter uma carteira de projetos que diante da necessidade se traz para consensuar. Continuou dizendo que se tinha na previsão dos PEPs fazer o curso Qualificando da Prática Docente, onde a própria Escola iria executar o



curso, mas devido à morosidade da legislação, hoje é mais rápido comprar o curso ou comprar as vagas, desde que o curso atenda as especificidades da Escola e que então foi levada a proposta que se tinha do curso de Qualificando a Prática Docente para a instituição estadual sem fins lucrativos, a Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS e eles fizeram uma proposta diante daquilo que se queria. Senhora Márcia Valéria explicou que havia o recurso de R\$ 71.128,87 (setenta e um mil, cento e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos) para execução pela escola e, com a nova proposta, sendo executado por uma Instituição, ela passa para o valor de R\$ 171.514,87 (Cento e setenta e um mil quinhentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos) e colocou que a primeira proposta seria, dentro do recurso que era para reforma do prédio, se destacar o valor de R\$ 100.386,00 (Cem mil, trezentos e oitenta e seis reais) e trazê-lo para o curso Qualificando a Prática Docente. Continuou apresentando as outras propostas: a do Curso de Reações Adversas aos Medicamentos aplicados em Urgência e Emergência, em que a Senhora Ana Edith apresentou com o valor de R\$ 207.250,70 (Duzentos e sete mil, duzentos e cinquenta reais e setenta centavos) e que se fosse readequado o valor, a Escola poderia financiar R\$ 133.339,78 (Cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos) do projeto; o curso de Aperfeiçoamento de Processos Educacionais em que as pessoas vêm participar pelos municípios, não foi previsto diárias para os responsáveis pelos Núcleos de Educação Permanente - NEPs Municipais, e que para garantir a participação dos servidores que estão nos NEPS seria retirado R\$ 70.650,00 (Setenta mil, seiscentos e cinquenta reais) da Reforma da Escola e realocaria para as diárias o curso de Aperfeiçoamento de Processos Educacionais; o processo de cópias da Escola que seria fortalecido com o valor de R\$ 29.920,00 (Vinte e nove mil novecentos e vinte reais); capacitação para motoristas da Urgência e Emergência, que receberia R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para compra de vagas; e diárias para colaborador eventual do curso de Agente Comunitário de Saúde – ACS, pois foi feito um novo fluxo e haverá uma turma no município de Peixe/TO que irá atender os municípios daquela região, mas para isso seria necessário aumentar o número de diárias em que seria realocado para esse pagamento o valor de R\$ 78.843,01 (Setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e um centavo). Senhora Márcia Valéria disse ainda que havia sobra de recurso do que era previsto para o Encontro de Educação Permanente e Qualificando a Prática Docente no



valor de R\$ 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais) que seria realocado para pagamento de diárias para servidores e colaboradores eventuais dos cursos Suporte Avançado em Obstetrícia - ALSO (Médicos e Enfermeiros) e Suporte Avançado em Obstetrícia - SAVEO (Técnicos em Enfermagem). Após apresentação da planilha de realocação de recursos, Senhora Linvalda – SESA/DGETSUS – colocou que *“Esse recurso federal e todo tipo de recurso da administração pública deve ser utilizado dentro dos princípios da transparência, da legalidade, da impessoalidade entre outros e o que a lei nos indica é que antes de se trabalhar com o privado a gente trabalha com o setor público, sem fins lucrativos, para que se não houver suficiência no nosso, procura-se no público e então se parte para o privado, por isso tem-se tido tantos trabalhos em parceria com a UFT como com a UNITINS. Se essas duas não tiverem propostas é que a gente parte para o privado. Isso não é porque a gente quer, isso é porque é o que é legal fazer de acordo com a constituição. Então todos esses processos que a Escola faz com o Gestor Estadual, que é quem presta conta ao Tribunal de Contas da União, porque ele é que é o gestor do fundo, sendo assim, não se pode fazer nenhum privilégio, nenhuma atividade sem cumprir com todos os critérios da administração pública. Então quando se vai fazer compra do curso Qualificando com a Prática Docente com a UNITINS é porque esse curso ela tem e aceitou fazer, mas não significa que ela não apresentou a documentação necessária, porque se ela não tem a documentação ela não faz. Tudo o que se faz aqui tem que proceder de acordo com a legislação Nº 8.666 e com todas as outras referentes à utilização do recurso público estadual e federal.”* Proposta consensuada. Senhora Márcia Valéria antes de dar continuidade à pauta, apresentou as Senhoras Mariza Souza e Rosa M. Frizzarin M. Bueno, ambas professoras do Instituto Ensino-Pesquisa/Hospital Sírion Libanês e disse que a ETSUS está fazendo uma parceria por meio da gestão federal, de um Programa de Renúncia Fiscal, com este Instituto em que será ofertado cursos aqui no Estado do Tocantins e solicitou que fosse cedido a palavra às mesmas para que apresentassem um pouco o programa e justificou o interrompimento da pauta devido ao horário de voo destas. Senhora Marisa agradeceu o espaço e disse que tem uma legislação que coloca que alguns hospitais de excelência podem ofertar cursos para o SUS o que é o caso do Hospital Sírion Libanês. Disse que nesse sentido o Hospital tem que devolver esse dinheiro para o SUS e ele preferiu fazer isso de outra forma que não seja devolver o dinheiro, mas sim participar das mudanças e das propostas de



fortalecimento do SUS, então ele propõe cursos de especialização em diferentes áreas o que vem ocorrendo desde 2007. Senhora Marisa disse que esse projeto denominado Projeto de Apoio ao SUS foi uma parceria com Ministério da Saúde, CONASS e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS para ser desenvolvido em várias regiões do Brasil. Explicou que a primeira proposta a que eles chamam de “primeira onda” contemplou dez regiões do país e que nessa “segunda onda” serão mais vinte regiões, sendo a Região de Palmas uma delas. Continuou dizendo que ela se faz presente, hoje, em Palmas para organizar esse processo e que o curso será com um novo formato, novas metodologias de ensino, metodologias ativas o que é o forte do Hospital Sírion Libanês. Disse que os cursos a serem ofertados são: Especialização da Gestão da Clínica, Especialização da Gestão e Regulação, e Especialização em Preceptoria, sendo quarenta e oito especializando por curso. Disse também que a “terceira onda” vai atingir quarenta regiões do Brasil e que a meta dessas três ondas é atingir setenta regiões totalizando dez mil pessoas. Senhora Marisa disse que para que isso se viabilize precisa-se de professores os quais serão da própria região e que, então, haverá formação de facilitadores para que eles reproduzam e que essas pessoas além de professores estarão em formação em Especialização em Processos Educacionais. Explicou que para cada curso serão dois facilitadores, sendo que dez passarão por capacitação e destes, seis serão facilitadores. Disse ainda que para elaborar o edital para as pessoas que vão fazer o curso, os gestores estaduais discutiram a distribuição dessas vagas e que se sabe que Palmas é sede, porém a necessidade da região é envolver outros municípios, mas que o Hospital Sírion Libanês não arca com despesas de transporte, hospedagem. Continuou sua fala dizendo que a preocupação é para além da formação e que serão trabalhados projetos educativos em que os alunos identificarão problemas, propor projetos que venham fazer intervenção, mudança na realidade. Essa formação é com essa perspectiva de impactar, fazer mudanças, porque se tem identificado que a formação de recursos humanos é uma das fragilidades do SUS. Senhor Neirton – CES perguntou se são gratuitos esses cursos para os alunos e Senhora Marisa disse que sim, com exceção do deslocamento e hospedagem dos mesmos. Senhor Neirton pediu para levar a solicitação de CES Tocantins de incluir nos cursos que irão ocorrer, parte para o Controle Social. Senhora Marisa respondeu à senhora Kelly Cristina – IE Pública Superior que a certificação será pelo Ministério da Educação - MEC



através do hospital Sírio Libanês, esclareceu também que o curso na área de vigilância está sendo ofertado, nesse momento, apenas para os Estados que irão receber o evento da Copa do Mundo. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE questionou se for interesse de um profissional, trabalhador de saúde, fazer o curso de Especialização da Gestão da Atenção, se acaso pode fazer e Senhora Marisa disse que o Hospital Sírio Libanês autorizou oferecer para a região uma única vaga e que esses cursos são freqüentes e que em agosto haverá uma turma em Belo Horizonte com uma vaga indicada pela região de Palmas, e que o Hospital não custeia o deslocamento e outros gastos. Senhora Linvalda – SESAU/DGES esclareceu que tem uma comissão que está tratando com o Hospital Sírio Libanês em relação a esses cursos e que é composta pela ETSUS, representando a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde representada pela Diretoria de Educação Permanente e a UFT através do curso de Medicina. Senhora Márcia Valéria apresentou a Senhora Patrícia, responsável local pelas questões administrativas dos cursos e disse que os cursos de Especialização da Clínica e Especialização da Gestão e Regulação, terão vagas destinadas aos municípios. Senhora Marisa disse que os cursos terão parte presencial e parte na modalidade a distância. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGETSUS perguntou qual seria a função da ETSUS na realização desse projeto e se há outras instituições onde esses cursos serão ministrados. Senhora Marisa disse que está em discussão em qual será o local e que isso tem sido dialogado com os parceiros, que envolve a ETSUS, Estado, Município e Universidade e em relação à infra-estrutura precisa-se de outras coisas e foi colocado que a Universidade é o local que tem mais condições para receber esses cursos, pois o Hospital utiliza de várias estratégias como vídeo conferência, filmes, entre outras e que então precisa de um local que possa dar esse suporte. Senhora Linvalda agradeceu a disponibilidade e o apoio das professoras Marisa e Rosa dizendo que estão sempre próximas auxiliando com atividades que não estavam nem previstas em nossas ações. Passou-se ao item **5. Apresentações e Esclarecimento: 5.1. Apresentação do Sistema Integrado Saúde-Escola – SISE. Solicitante/Expositora: Juliana Bruno – SEMUS/Palmas.** O item não foi apresentado devido ausência da solicitante/expositora. Passou-se ao item **5.2. Capacitação de Conselheiros Municipais de Saúde – Solicitante: Luciana R. de Oliveira Alencar – Secretária Executiva do CES – Expositor: Neirton José de Almeida – Presidente do CES-TO.** Senhor Neirton começou dizendo que representa os trabalhadores dentro do



Conselho Estadual de Saúde - CES o que o alegra, mas que por outro lado tudo o que foi lido e falado, deveria ter sido conduzido dentro desses vinte e cinco anos de SUS e Tocantins pelo Controle Social. Disse que o entristece, como essa semana, ter visitado todos os municípios e que em cada um deles a situação do conselho municipal de saúde é vexatória. Colocou que desde a IV Conferência de Saúde que ele vem participando e que é sempre solicitada a capacitação de conselheiros e que ainda não se conseguiu executar isso e que é lamentável chegar aos municípios e ouvir que não tem conselho no município e que o gestor sai e leva tudo. Disse que estão em busca de solução para resolver esse problema disse que pediram que os planos plurianuais de saúde fossem construídos com a participação do cidadão, mas que, no entanto muitos municípios contratam empresas, pagam um custo altíssimo e colocam tudo em termos técnicos que eles nem mesmo conseguem entender, como então o conselho vai analisar, aprovar e deliberar tudo isso e completa: *“Como presidente do CES eu estou reivindicando, primeiro garantir capacitação de conselheiros e isso é toda lei dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, diz que precisa garantir recurso, dotação orçamentária para isso, mas noventa e nove por cento dos conselheiros não sabem fazer isso e eu me incluo nesta situação, mas desafio um conselho municipal de saúde que tenha garantido na Conferência Municipal de Saúde capacitação de conselheiro e que um conselho tenha colocado em pauta para reivindicar isso, inclusive o Conselho Estadual de Saúde.”* Disse que a gestão reclama do trabalhador, trabalhador reclama da gestão, usuário reclama do trabalhador e da gestão e que se precisa, no mínimo, dizer ao trabalhador como funciona o sistema de saúde e que não se consegue fazer um conselho paritário e que esta situação é muito próxima de nós. Senhor Neirton disse que não sabe se tem recursos alocados aqui, que não tem resposta como está esse recurso, se prevalece, pois hoje ouviu durante a reunião que não pode usar esse recurso para conselheiros, usuários. Senhora Linvalda – SESA/DGETSUS explicou que o recurso da Educação Permanente é para trabalhador do SUS e que no caso do curso de Capacitação de Conselheiros a situação será verificada. Senhor Neirton disse que tem um projeto com a UNITINS e que o CES tem outro projeto que foi aprovado no Conselho e que foi enviado para a ETSUS e que não sabe como está a situação e precisa-se conversar sobre isso e tentar encontrar uma forma de executar. Senhora Adeusvi - CIR Amor Perfeito disse da dificuldade do gestor municipal para formar o conselho, que a



população não quer participar e que em a questão de se levar os bens do conselho isso não é diferente, já é normal. Colocou que o Conselho Estadual deveria chamar a comunidade quando visita o município, buscando outra forma de conduzir, e não cobrando e notificando. Senhor Neirton disse que não tem sido feitas cobranças por parte do Conselho Estadual nos municípios e que as visitas tem sido para verificar a situação e que a culpa de tal situação é dos gestores que por lá passaram e que o gestor não valoriza o conselho e acrescentou que os conselheiros tutelares todos conhecem porque são remunerados. Disse que o conselho é permanente e que por isso tem que capacitá-lo. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE colocou que há algum tempo vem acompanhando as questões relativas ao Conselho e que observa que há uma necessidade de resgate da Reforma Brasileira e o papel do Controle Social. Colocou que, na opinião dela, há uma politização dos aspectos sindicais de se brigar, de forma positiva, pelos direitos, isso está perdido dentro do Controle Social e que hoje ninguém quer participar de associações e conselhos dentro das formações das políticas e que aí vem o conflito de quem eu vou qualificar se não consigo ter uma mobilização social da importância de cada usuário, participante, pai, mãe, tia, avó, representando uma associação independente de política, independente do medo de sofrer retaliação se optar em tomar um posicionamento ou em cobrar algo. Senhora Maria Luiza disse que o recurso da Gestão Estratégica Participativa, na visão crítica dela, é uma furada porque jogou para os Estados a responsabilidade disso e acrescentou: *“E agora, eu me posiciono como representante da Secretaria de Saúde, como que eu que operacionalizo vou instrumentalizar você para me cobrar.”* Colocou que entende que esse recurso não deveria estar na Gestão Estadual e informou que este ano não veio nenhum recurso da Gestão Estratégica Participativa, que estão trabalhando com o recurso do ano de 2011 e que o entendimento que eles fazem disso é que não virá recurso enquanto não se executar o recurso que se tem. Senhor Getúlio – SINTRAS colocou: *“Capacitar conselheiros não é interesse de gestor, ele tem interesse de ficar com o conselheiro leigo, porque senão o conselho vai abrir o olho, vai despertar, vai ter o conhecimento, vai cobrar e que se ele não capacitar ele vai continuar manipulando o conselho de saúde do município dele.”* Disse em relação à comunidade: *“Não tem como essa se interessar se ela não conhece nada, se não tem um chamamento para mostrar a importância e que o conselho é interesse do gestor, não é a comunidade que vai fazer essa mobilização, é a*



gestão que tem que fazer.” Senhora Kelly - IE Pública Superior diz que há algum tempo percebe-se os esfriamentos dos movimentos sociais, desde a Reforma Sanitária e que o SUS em alguns âmbitos retrocedeu em outros avançou com alguns movimentos sociais importantes. Disse que ao ouvir em outras falas que o povo não quer participar, acredita que um dos fatores seja “*Não acredito que vou ter vou ter voz*” já que por várias vezes o povo não viu efetivado direitos que já são legítimos. Colocou que é necessário desinstitucionalizar a questão da participação e que nesse sentido a Universidade vem pensando num programa para fomentar o empoderamento das pessoas, tanto dos usuários, quanto dos gestores, como dos profissionais e aí fomentar a criação de conselhos locais de saúde com todos os parceiros e começar a sensibilização, pois antes de capacitar tem que sensibilizar os conselhos locais. Colocou que muitas vezes se fica no discurso do que não deu certo, precisa-se motivar com experiências positivas, reais e também empoderar outros espaços, outras associações. Senhora Inez – SESA/DGETSUS colocou que não é necessário capacitar todo o controle social porque todas as políticas sociais exigem o controle social, em municípios pequenos não consegue se ter seis, sete conselhos, porque aí acontece de não ter pessoas suficientes, mas pode-se formar um conselho das políticas sociais e capacitar, ir empoderando essas pessoas e que isso ainda não foi tentado. Disse também que muitas vezes o espaço do conselho é de críticas, de lamentações e não de resoluções de problemas. Senhora Maria Luiza – SESA/DGETSUS esclareceu que nas suas falas anteriores há dois aspectos, um é o Estado e a mobilização social e outro é que enquanto Secretaria de Estado da Saúde não há nenhum impedimento ou restrição à capacitação de conselheiros. Disse ainda que dentro desse contexto da discussão do movimento social, a universidade tem papel importante junto ao controle social porque é uma instituição neutra e acrescentou que se deve identificar, catalogar através de uma pesquisa esses movimentos existentes e não oficiais que existem nos municípios, procurá-los e empoderá-los e que aí, a qualificação quando vem só tem a contribuir. Senhora Linvalda – SESA/DGETSUS perguntou ao Senhor Neirton sobre o que realmente ele deseja saber da ETSUS e este colocou que tem um projeto com a UNITINS para capacitar mil cento e doze conselheiros e que a proposta, referindo-se ao CES, é capacitar dois mil e oitocentos conselheiros no Estado do Tocantins e que os municípios tinham que trazer para os pólos, gastar mais e que baseado no que ouviu os gestores não vão levar os



usuários para ser capacitados então que se quer que seja no local dos municípios. Disse que em conversa com uma comissão da UNITINS e ETSUS ficou que se achasse alguém que fizesse isso da maneira que fosse. Disse que Conselho de Saúde encontrou um Instituto, Universidade que propôs a fazer dessa forma e que foram apresentados na plenária do Conselho dois projetos e a plenária ficou para aprovar da Instituição do Marabá/PA e acrescentou que enviou o projeto para a ETSUS com a resolução do Conselho e achou hoje ia definir aqui. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS disse que como foi enviada uma solicitação oficial ela está respondendo oficialmente e que recebeu o ofício na última terça-feira (16/04).

“Nós não fomos comunicados desta Instituição e nós não pactuamos com instituição privada dessa forma porque de acordo com os princípios da administração pública tudo tem que ser feito via licitação em relação às empresas de natureza jurídica privada e aí essa pessoa já até chegou para mim perguntando quando que iria começar dizendo que ganhou o processo licitatório. Eu disse a ele que não tinha participado de nenhuma reunião, e ele disse que já acordou com o Conselho e eu disse que não havia estado na reunião e que como não represento o Conselho eu não poderia responder nada e que como servidora pública eu posso responder que todo o recurso da Secretaria de Estado da Saúde administrado por nós precisa passar por todos os trâmites legais e aí juridicamente tem duas coisas nesse projeto a serem analisados, um que o recurso deste curso é de PROFAPS e recurso de PROFAPS é para profissionais de nível médio e aí eu não posso utilizar esse recurso para conselheiros. Eu não estou dizendo da importância, eu estou dizendo da natureza legal. Eu não posso fazer uma coisa que não está prevista, esse é um ponto. Nós temos duas formas de financiamento na Educação Permanente, uma é o programa do PROFAPS e outra é o PEP da Educação Permanente. A do PROFAPS é exclusivamente para as Escolas Técnicas, para nível médio. Vou verificar isso, dando certo eu vou entrar juridicamente e perguntar oficialmente e vocês vão estar acompanhando isso, se nós temos duas propostas uma pública e uma privada, aonde eu vou me basear para fazer meu termo de referência, porque nas instituições públicas eu não preciso fazer licitação porque ela é de caráter público, sem fins lucrativos. Se eles disserem que a gente tem que dar primazia ao público, a gente vai fazer por inexigibilidade porque não vai concorrer porque a única que tem é a UNITINS hoje . Se eles disserem que os dois podem, eu vou fazer uma consulta jurídica, pela questão da transparência e será feita licitação a aí



656 *poderá ganhar a de Marabá/PA ou qualquer outra. Eu só posso fazer como eu creio que o CES*
657 *zela e prima pelas questões da administração públicas, até para gente não sofrer*
658 *penalizações. Então a gente vai tomar as providências, que a gente entende que é importante*
659 *capacitar os conselheiros, claro que sim, pois senão não teria colocado recurso, não teria*
660 *entrado em contato com uma instituição que já tem reconhecimento e que já faz esse*
661 *trabalho. Minha preocupação é pela questão da natureza jurídica.”* Senhora Linvalda solicitou
662 que o Senhor Wolnei – DGETSUS/SGE falasse um pouco sobre o Curso de Ativação para o
663 Controle Social do qual ele é o coordenador pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ na ETSUS.
664 Senhor Wolnei disse que esse curso primeiramente foi chamado de Quali Conselhos e teve o
665 nome alterado porque seu formato deixou de ser um curso para ser um programa e que
666 então, atendendo a solicitação do Conselho Nacional, o objetivo do curso é capacitar os
667 conselheiros de saúde, principalmente formar multiplicadores para que os próprios conselhos
668 atuando em seus municípios possam também estar fomento essa educação permanente para
669 o próprio Conselho Municipal e Conselho Estadual. Disse que o quantitativo de vagas é pouco,
670 cento e cinquenta, mas o intuito é de multiplicar e esses conselheiros capacitados irão
671 receber material didático, um livro e um CD que está sendo elaborado pelo Canal Saúde, com
672 minisséries que tratam da realidade dos conselhos, minisséries baseadas numa pesquisa de
673 três anos. Solicitou divulgação e disse que o prazo é até dia vinte e cinco para inscrições.
674 Informou que até o momento tem sessenta e oito inscritos. Senhora Linvalda disse que se
675 pensamos que cento e cinquenta pessoas capacitadas é pouco, mas não se tem nem metade
676 inscritas. Reforçou a solicitação para divulgação e disse que o curso é de dois meses na
677 modalidade em EAD o que facilita para as pessoas participarem. Senhor Neirton - CES disse
678 que até hoje não aconteceu tudo isso porque o Conselho Nacional não aceitou a proposta,
679 que se formou um grupo de trabalho para resolver isso, e por isso estão prorrogando as
680 inscrições até hoje, mas que irá propor e divulgar o curso. Senhora Maria Luiza –
681 SESAU/DGGAE colocou que em relação à conectividade, sabe-se que o Tocantins tem
682 dificuldade de banda larga, em determinados municípios a conexão é discada, mas que não
683 anula o processo, daí a flexibilidade da metodologia que vai se utilizar, das ferramentas, quem
684 tem conectividade faz a distância. Senhora Adeusvi – CIR Amor Perfeito perguntou se irá
685 registrar um momento formativo sobre Conselho em próxima reunião da CIES/CIB-TO e



Senhora Márcia Valéria – SE colocou que se for como momento formativo para os representantes da CIES sobre o Conselho é uma coisa, se for para discutir o Conselho aqui dentro, o local é no próprio Conselho. Senhor Neirton disse que se quiserem orientações da gestão sobre como fazer isso nos municípios, o lugar é no Conselho, para falar a questão de cada município não é lá. Os presentes decidiram que o local definido para o CES estar falando, esclarecendo e abrindo para discussão é nas CIRs. Senhora Irani – CIR Cantão disse na última reunião da região de saúde foi colocado que haverá sempre um representante do Conselho presente. Passou-se ao item **5.3. Critérios de níveis de formação para preenchimento de vaga/município em concursos públicos de saúde do Estado do Tocantins. Solicitante: Comissão de Integração Ensino-Serviço/Expositor: Ludimila Alves Monturil Barros – SESAU/DGGRT.** Senhor Tiago – SESAU/DGGRT esteve representando a expositora Senhora Ludimila Monturil e solicitou que à Senhora Adeusvi que reformulasse o questionamento feito na última reunião da CIES/CIB-TO para que ele a esclarecesse. Senhora Adeusvi – CIR Amor Perfeito disse que hoje se sabe que tem muitos especialistas, mas na hora do concurso não vem focando a vaga para especialista, lembrou que no concurso do quadro geral teve vaga para enfermeiro do trabalho e expressou o desejo de que nos próximos concursos do Estado contemple vaga para especialistas já que se investe tanto e não aproveita essas pessoas. Exemplificou que com a Rede Cegonha se precisa de enfermeiro obstétrico. Senhor Tiago leu o informe enviado pela Senhora Ludimila em que diz: “Com base no questionamento feito pela senhora **Adeusvi Moreira dos Santos-** CIR de Porto Nacional, feito na Segunda Reunião Extraordinária da CIES em 12 de dezembro de 2012, a respeito da oferta de concurso público para especialista, a Diretoria de Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho vem esclarecer que, conforme **Edital 001/2008** de 15 de dezembro de 2008, publicado **no DOE Nº. 2.798** de 16 de dezembro de 2008, a partir da página 19 (anexos II e III), constam a relação da distribuição de cargos e vagas por município. O preenchimento das vagas ofertadas é para atendimento das necessidades das Unidades de Saúde/Hospitales de gestão do Estado, e apesar da SESAU manter convênio de cessão de pessoal com os 139 municípios, é responsabilidade dos mesmos ofertarem concurso para provimento de vagas e atendimento das demandas de cada um. Informamos ainda, que mesmo disponibilizando vaga para profissionais especialistas por meio de concurso público, não temos garantia que seremos



100% atendidos, pois o quantitativo dos mesmos hoje ainda é insuficiente para atendimento a todos os serviços de saúde existentes nas unidades hospitalares. Agradecemos e nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais através da Diretoria de Departamento Gestão e Regulação do Trabalho no telefone: 3218-1744. Respeitosamente, KELLEN K. BORGES RIBEIRO - Diretora Geral de Gestão e Regulação do Trabalho.” Senhor Tiago explicou que para elaborar o edital de um concurso se toma por base a demanda do serviço e em cada serviço se solicita um profissional específico. As unidades hospitalares é que encaminham a necessidade de profissional e a quantidade, essa demanda geralmente de acordo com um serviço que está surgindo dentro da unidade ou pela determinação pela implantação de um serviço pela gestão maior. Senhora Marluce – DGES/Resp. CIES lembrou que na última reunião a Senhora Inez - DGES/NAEP havia colocado diante da fala da Senhora Adeusvi sobre a necessidade de especialista que, como se trabalha com a regionalização, muitas vezes não adianta ter o especialista se não há uma demanda suficiente para a especialidade dentro dos municípios. Senhor Tiago disse que nesse sentido o informe esclarece quando explica que “apesar da SESAU manter convênio de cessão de pessoal com os 139 municípios, é responsabilidade dos mesmos ofertarem concurso para provimento de vagas e atendimento das demandas de cada um. Informamos ainda, que mesmo disponibilizando vaga para profissionais especialistas por meio de concurso público, não temos garantia que seremos 100% atendidos” e disse ainda que hoje o Estado não trabalha a regionalização, mas que está se implantando a regionalização onde irá ter Centros de Especialidades por região – mantidos pelo Estado segundo informou Maria Luiza – e aí se direcionará essas vagas para profissionais específicos. Informou ainda que quando há demanda o especialista vem e exemplificou que no último concurso da saúde no estado teve vaga para cirurgião-dentista buco-maxilar. Passou-se ao item **6. Informes 6.1. Curso de Qualificação em Pesquisa Estratégica – Solicitante/Expositor: Karina Maschietto – DGETSUS/ASSECTI.** Senhora Karina apresentou a proposta de alteração no Curso de Qualificação em Pesquisas Estratégicas para o SUS: Metodologia Científica para a área da Saúde, que antes havia sido pensado em dois cursos sendo um dentro do Projeto de Fortalecimento com carga-horária de 120 horas/aula, três módulos presenciais de 40 horas/aula, cada, com periodicidade bimestral, 30 vagas para discentes e valor de R\$



31.975,00 (Trinta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais) e outro curso para Qualificação e Pesquisa dentro do PEP de 2011 com carga-horária de 80 horas/aula, dois módulos presenciais de 40 horas/aula, cada com periodicidade bimestral, trinta vagas para discentes por curso e valor de R\$ 26.300,00 (Vinte e seis mil e trezentos reais). Colocou que o valor final das propostas não tem alteração, que na proposta anterior era do Estado, através da ETSUS executar os cursos, mas que devido à morosidade a proposta atual é a compra de vagas junto à Fundação de Amparo e Pesquisa - FUNAP ligada à Universidade Federal de Goiás. Senhora Karina disse que a atual proposta é realizar dois cursos, sendo um por semestre, carga-horária de 80 horas/aula cada, quatro módulos presenciais de 20 horas/aula, cada um com periodicidade mensal, vinte vagas para discentes por curso totalizando quarenta discentes por ano e valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais). Disse que anteriormente os requisitos básicos para o acesso era ser profissional da área da saúde (nível superior e médio) atuante no SUS-TO, ser profissional de áreas afins que tenham como campo de atuação o SUS-TO e ser docente ou discente de Instituições de ensino atuantes no Estado do Tocantins, e que na proposta atual os requisitos básicos para o acesso são ser servidor público de nível superior concursado pelo Estado do Tocantins e estar lotado na SESAU-TO, não estar à disposição de outra instância governamental e não estar participando, como discente, de outra atividade educativa no mesmo período do curso. Apresentou o programa do curso, de maneira simplificada em que vai discorrer sobre Conceito de Pesquisa Científica; as etapas de uma Pesquisa Científica; Principais tipos de Pesquisas Clínicas; Avaliação crítica de estudos e Elaboração de projeto de pesquisa, sendo este último para viabilizar a participação do servidor à concorrência dos editais do PPSUS. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS perguntou se o curso é apenas para servidor efetivo e Senhora Karina disse que sim e que foi uma condição que passaram que este ano deveria ser dessa forma. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE disse que, pelo que ela lembra, a portaria diz que cursos de longa duração são para efetivos e cursos de curta duração poderiam ser os trabalhadores desde que tivesse vínculo com a área de atuação do curso. Exemplificou a situação da Diretoria da Vigilância onde tem servidores contratados na estrutura como gerentes ou coordenadores e não são efetivos e poderiam estar querendo fazer curso para pesquisa e não poderão fazer. Senhora Márcia Valéria- SESAU/DGES disse que esse curso é muito específico,



não foi no sentido de restringir, mas que se abrir para contratos, ele depois sai e fica-se sem o profissional. Senhora Kelly Cristina – IE Pública Superior colocou que é fundamental ensinar profissionais a montar projetos porque se perdem editais por isso e que é uma dificuldade de muitos profissionais. Colocou-se à disposição de, enquanto instituição, ser multiplicadora com a proposta de ser formada e multiplicar para mais pessoas. Disse que isso é urgente em todas as instâncias e não apenas para o profissional que está lotado em unidades de saúde. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS disse que reforçando a fala das Senhoras Maria Luiza e Kelly que o recurso da Educação Permanente é para ser trabalhado nas três esferas, federal, estadual e municipal e na portaria estadual os cursos de média e curta duração não obriga ser efetivo, pode-se colocar prioritariamente, preferencialmente ser efetivo, mas não podem tirar os outros. Solicitou que se fizesse a revisão desses dois aspectos tanto para incluir servidor estadual e municipal quanto colocar preferencialmente efetivo. Senhora Karina disse que já ocorreram três cursos destes com as propostas anteriores e requisitos de acesso anteriores com vagas para Instituições de Ensino, tanto discentes como docentes e que a participação foi mínima. Disse que será feita a revisão da proposta e explicou que foi fechado um pouco mais os requisitos devido à solicitação, nas oficinas do PPSUS, de servidores que fizeram pesquisas anteriores para que houvesse suporte para eles elaborarem projetos de pesquisa e como a assessoria executiva de ciência e tecnologia não tem essa competência foi pensado que para sanar essa demanda imediata era melhor fechar mais esses requisitos, mas que a proposta será colocada para discussão e ampliada novamente. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGGAE deu o exemplo de uma servidora de sua diretoria que é nomeada para cargo comissionado, tem perfil porque trabalha na área de monitoramento e avaliação da gestão e ficaria impossibilitada de fazer o curso. Disse, ainda, da necessidade de escrever o que se faz, o que se produz, de construir um artigo. Colocou a dificuldade de trabalhadores da gestão em como fazer, como escrever em colocar na linguagem da academia, da revista, para que se publiquem as coisas boas que tem acontecido na saúde. Senhora Márcia Valéria esclareceu que o curso apresentado é a pesquisa estratégica, mas que a dificuldade apresentada é uma demanda para ser trabalhada. Senhora Kelly disse que tem um vasto campo e dados para serem coletados dentro do SUS e que pode sensibilizar mais dois professores e que ela se coloca com a responsabilidade de multiplicar para os alunos, porque tem demanda junto aos



806 alunos que vivenciam isso na prática. Senhora Inez – DGES/NAEP lembrou que são duas as
807 propostas sendo discutidas, uma de qualificação na área de pesquisa e outra da necessidade
808 de nos empoderarmos para a produção científica. Senhora Karina colocou que os próximos
809 dois cursos, quarto e quinto foram disponibilizadas vinte vagas distribuídas para diretorias
810 gerais, NEPs hospitalares e FUNTROP e que não foram todas preenchidas o que se pode
811 pensar em abrir para contratados, mas que não sabe se é o momento de ampliar para as
812 Instituições de Ensino superior e para servidores não efetivos. Informou que tem treze vagas
813 preenchidas. Senhora Márcia Valéria – ETSUS/DGES colocou que será verificado juridicamente
814 a questão de abrir vagas para a universidade porque o recurso da Política é para trabalhador
815 do SUS e não para quem está na universidade e que se está comprando vagas e não o curso.
816 Registrou-se que a mudança de público alvo do curso e que se for possível juridicamente será
817 ofertado uma vaga para Instituição de Ensino e que nesse sentido não seria só para
818 Universidade, podendo ser para outra Instituição. Passou-se ao informe **6.2. Divulgação de**
819 **cursos – Solicitante/Expositora: Márcia Cristina Godoy Siqueira – DGETSUS/DEP.** Senhora
820 Márcia Cristina divulgou os cursos que estão sendo ou serão realizados no primeiro semestre,
821 sendo: Curso de Atualização para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem com Ênfase em
822 Urgência e Emergência; Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde; Curso
823 Introdutório para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família; Curso
824 Técnico em Hemoterapia; Curso Técnico em Radiologia; Oficina Regionalizada de Educação
825 Popular em Saúde; ACLS – Suporte Avançado da Vida em Cardiologia; Especialização em
826 Saúde Mental; MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais; MBA em Gestão da
827 Saúde e Administração Hospitalar; Aperfeiçoamento em Processos Educacionais;
828 Especialização em Gestão do trabalho e Educação na Saúde; Especialização em Saúde Pública.
829 A reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e três minutos e eu, Márcia Valéria Ribeiro de
830 Queiroz Santana, Secretária Executiva desta Comissão de Integração Ensino-Serviço –
831 CIES/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata
832 que após aprovada será assinada pelos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO

19/04/2013

Adeusvi Moreira dos Santos



Adson Coelho Miranda	
Andreis Vicente da Costa	
Carlos Alberto Zanboná	
Carmem Lúcia Sousa Santos Fonseca	
Ellys Symone Gomes de Arruda	
Fabício Alves Segura	
Fernanda C. B. Moura C. Queiroz	
Getúlio de Sousa Araújo	
Inez dos Santos Gonçalves	
Irani Schellin Milech	
Karina Maschietto L. de Assis	
Kelly Cristina Gomes Alves	
Larlla Veruska Tozzatti	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Lucione de Oliveira Negre	
Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana	
Maria Alice de Araújo	
Maria Goret Lima Sodré dos Santos	
Maria Lúcia de Oliveira Sousa	
Maria Luiza Salazar Freire	
Neirton José de Almeida	
Rafael Fernando Argeo	
Rosemeire Vieira P. Aquino	
Sandra Mara da Silva	
Shirley Stofer	
Sirlene Pereira dos Santos Farias	
Valéria Viero Aquino de Barros	